

Id:125267EC725D0357



DECRETO MUNICIPAL nº 32/2023, DE 16 DE JUNHO DE 2023.

REGULAMENTA A CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS NO PERÍMETRO URBANO, DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO TERMINAL RODOVIÁRIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ, ESTADO DE PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Orgânica do Município, em especial o previsto no art. 4º, incisos XX ao XXV;

CONSIDERANDO que compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do inciso I, do art. 30 da Constituição Federal, além de organizar, promover, controlar e fiscalizar o trânsito e o serviço de transporte de cargas e de passageiros dentro do seu território, nos termos da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, ainda, os diversos transtornos causados a população, ao comércio local face a grande circulação de veículos de transporte de passageiros na área urbana do Município;

CONSIDERANDO, por fim, o que dispõe o art. 70, do Código de Posturas do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica proibido o estacionamento de veículos que utilizem serviços de transporte intermunicipal, interestadual ou internacional de passageiros, nos logradouros públicos, inclusive no entorno das Praças municipais, tais como Vans, Ônibus, Micro-ônibus e outros.

§1º. A proibição se estende aos veículos de passeio ou picapes que realizem transporte de pessoas a título oneroso, ainda que relativo ao itinerário entre os municípios do entorno de São João do Piauí.

GABINETE DO PREFEITO

Praça Honório Santos, s/n Centro - São João do Piauí-PI
CEP: 64.760-000 • CNPJ: 06.553.655/0001-73 • Tel: (89) 3483-2255

§2º. Ficam vedados outros pontos de desembarque ou de embarque dentro do perímetro urbano, devendo os pontos de partida e saída dos veículos que transportem passageiros ser obrigatoriamente o terminal rodoviário.

Art. 2º. Ao Departamento Municipal de Trânsito compete:

I - fiscalizar o cumprimento da legislação;

II - realizar ações educativas que visem dar conhecimento da presente norma à população;

III - notificar o infrator; e

III - aplicar as sanções previstas.

Art. 3º. O infrator das normas do presente Decreto será notificado da infração, aplicando-lhe as sanções previstas que vão desde a advertência, multa e apreensão do veículo.

Art. 4º. Fica instituído o Regimento Interno do Terminal Rodoviário de Passageiros do Município, sendo este instrumento administrativo regulador de todas as atividades e serviços ali disponíveis.

CAPÍTULO I**DA FINALIDADE, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO**

Art. 5º. O Terminal Rodoviário de Passageiros de São João do Piauí, será administrado pela Prefeitura do Município, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Controle Viário.

Parágrafo único. A finalidade principal do Terminal Rodoviário de Passageiros é a de centralizar o transporte coletivo intermunicipal, interestadual e internacional, que tenha a cidade de São João do Piauí como ponto de partida, chegada ou trânsito.

Art. 6º. Constituem objetivos primordiais do Terminal Rodoviário:

a) Proporcionar serviços padronizados para embarque e desembarque de passageiros;

b) Criar e manter infraestrutura de serviços e área de comércio para atendimento aos passageiros e ao turismo;

GABINETE DO PREFEITO

Praça Honório Santos, s/n Centro - São João do Piauí-PI
CEP: 64.760-000 • CNPJ: 06.553.655/0001-73 • Tel: (89) 3483-2255

c) Garantir condições de segurança, higiene e conforto aos usuários sejam passageiros, público em geral, comerciantes nele estabelecidos e empresas que operem o serviço.

**SEÇÃO I
DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO**

Art. 7º. O Terminal Rodoviário de Passageiros de São João do Piauí funcionará ininterruptamente, durante 24 horas por dia, sendo que, se houver longos intervalos de tempo sem operação, este horário poderá ser reduzido, a critério da Administração.

§1º. No caso de horários isolados, será determinado um regime especial, para dar atendimento às necessidades essenciais dos passageiros.

§2º. O horário de funcionamento dos guichês, será determinado em função dos horários das linhas em operação, para cada empresa.

§3º. O horário de funcionamento das unidades comerciais será das 5h às 24:00 hs.

§4º. A implantação das instalações, a recepção de mercadorias, assim como a limpeza, manutenção e conservação das áreas e espaços ocupados, obedecerão às tabelas de horários fixados pela Administração.

§5º. Os serviços públicos mantidos pela Administração, funcionarão ininterruptamente durante o período de funcionamento do Terminal.

**SEÇÃO II
DA LIMPEZA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO**

Art. 8º. A limpeza, manutenção e conservação das áreas dos guichês das empresas de transporte e unidades comerciais serão de responsabilidade da forma ou órgão ocupante.

§1º. A delimitação das áreas e espaços, para os efeitos deste artigo, constará do respectivo Termo de Permissão de Uso.

§2º. O lixo deverá ser colocado em recipiente determinado pela Administração, que definirá o local e o horário de depósito, devidamente ensacados.

GABINETE DO PREFEITO

Praça Honório Santos, s/n Centro - São João do Piauí-PI
CEP: 64.760-000 • CNPJ: 06.553.655/0001-73 • Tel: (89) 3483-2255

Art. 9º. Os serviços de manutenção, conservação, limpeza nas áreas de uso comum, sanitários públicos, fachadas externas, pátio de estabelecimento, plataformas, vias de acesso e outras, dentro e no entorno do perímetro do Terminal, serão de responsabilidade da Administração, podendo ser firmado termo em seja transferido tal ônus à Pessoa Jurídica responsável pela gestão do local.

Parágrafo único. Não será permitida nenhuma alteração nas dependências dos locais ora concedidos, exceto com autorização da Municipalidade.

**SEÇÃO III
DAS AGÊNCIAS, BILHETERIAS E UNIDADES COMERCIAIS**

Art. 10. A cessão de áreas destinadas às agências de passagens, serão feitas exclusivamente às empresas transportadoras que operam no Terminal, mediante Termo de Permissão de Uso.

§1º. Poderá ser atribuído a uma empresa de transporte de passageiro, mais de um módulo/guichê, segundo critério de distribuição, que considere a oferta e a área disponível para esse fim.

§2º. Poderá haver retomada parcial da bilheteria da transportadora, detentora de mais de um módulo, que tiver reduzido seus serviços, por transferência de linha, diminuição significativa de horários ou qualquer outro motivo.

§3º. Excepcionalmente poderão ser formados consórcios entre duas ou mais empresas e que visem a utilização e operacionalização dos guichês de forma compartilhada, devendo as mesmas arcarem com os custos da manutenção do espaço.

§4º. Pela ocupação do espaço dos guichês de venda de passagens, a empresa ou representante pagará ao Município, uma parcela mensal no valor de R\$ 324,00 (trezentos e vinte e quatro reais), o que corresponde a 75 (setenta e cinco) unidades fiscais do município, todo dia 10 de cada mês, através de boleto gerado junto ao Departamento Municipal de Tributação e Arrecadação.

§5º. O valor da parcela mensal será reajustado anualmente, no mesmo período em que for editado o Decreto municipal que fixa o valor da Unidade Fiscal do Município.

Art. 11. Os espaços destinados à exploração comercial (RESTAURANTE E LANCHONETE) serão cedidos conforme Termo de Permissão de

GABINETE DO PREFEITO

Praça Honório Santos, s/n Centro - São João do Piauí-PI
CEP: 64.760-000 • CNPJ: 06.553.655/0001-73 • Tel: (89) 3483-2255

(Continua na próxima página)



uso as pessoas físicas ou jurídicas que, na forma da legislação aplicada à espécie, venham a desenvolver atividades comerciais explícitas em suas propostas e aceitas pela Administração, mediante Termo de Permissão de Uso, renovável de acordo com cláusulas contratuais e a legislação pertinente.

§1º. Pela ocupação do espaço destinado à comercialização de bebidas e alimentos, a empresa ou representante pagará ao Município, uma parcela mensal em valor a ser definido pelo Executivo, todo dia 10 de cada mês, através de boleto gerado junto ao Departamento Municipal de Tributação e Arrecadação.

Art. 12. São considerados ramos de atividades necessários ao Terminal Rodoviário:

- Guichês de venda de passagens;
- Restaurante/lanchonete;
- Artigos regionais e Bazar;

Parágrafo único. Além dos aqui definidos, poderão vir ser consideradas necessárias, outras atividades comerciais, destinadas a suprir produtos ou serviços que sejam utilidade comprovada ao passageiro, em função de peculiaridades regionais ou locais.

Art. 13. São consideradas atividades comerciais inconvenientes à finalidade precípua do Terminal e não poderão ser exploradas aquelas que lidam com:

- Produtos combustíveis, tóxicos, corrosivos, explosivos ou inflamáveis, quer para venda, quer para uso próprio;
- Produtos que venham a provocar poluição do meio ambiente pelo odor, ruído, sujeira ou por outra forma indireta;
- Gêneros alimentícios perecíveis de consumo não imediato, a não ser quando necessários ao suprimento das atividades relacionadas à alimentação do passageiro e desde que existam instalações e equipamentos destinados à sua conservação;
- Serviços ou produtos que, pelas suas características, possam estimular frequência indesejável.

GABINETE DO PREFEITO
Praça Honório Santos, s/n Centro - São João do Piauí-PI
CEP: 64.760-000 • CNPJ: 06.553.655/0001-73 • Tel: (89) 3483-2255



SEÇÃO IV DA FISCALIZAÇÃO

Art. 14. A circulação de ônibus e demais veículos operadores no recinto do Terminal Rodoviário, será rigorosamente disciplinada dentro dos limites de segurança, estabelecidos pela Administração, de acordo com as seguintes recomendações:

- Limite de velocidade de 10 km/h
- Circulação dentro das faixas demarcadas;
- Parada nas áreas pré-determinadas e na plataforma de embarque ou desembarque;
- Ultrapassagem proibida;
- Uso de buzina proibida;
- Teste de motor proibido;
- Reparos a não ser de emergência;
- Proibido dificultar o trânsito dos demais veículos, impedindo a faixa de circulação ou retardando a sua saída;
- Proibido desembarcar ou embarcar passageiros fora das plataformas;
- Proibido manter o motor em funcionamento sem que o motorista esteja no volante;
- Proibido estacionar sem aplicar o freio de estacionamento.

§1º. A Administração poderá estipular outras restrições que julgar conveniente.

§2º. O estacionamento do ônibus ou veículo de transporte de passageiro, só será permitido na área de espera e na plataforma de embarque ou desembarque.

Art. 15. Os coletivos tipo Van e Micro-ônibus terão área de espera em local devidamente sinalizado, que poderá ser utilizado pelo ônibus antes de ocuparem a plataforma de embarque, dentro das condições seguintes:

- O tempo de permanência não poderá ser superior a 1 (uma) hora que antecede ao horário da partida;
- Não será permitido o pernoite;
- É permitido efetuar limpeza interna nos veículos;
- É proibido limpeza externa nos veículos;

GABINETE DO PREFEITO
Praça Honório Santos, s/n Centro - São João do Piauí-PI
CEP: 64.760-000 • CNPJ: 06.553.655/0001-73 • Tel: (89) 3483-2255



e) Fica proibido efetuar manutenção ou revisão geral nos veículos a não ser em emergência.

Art. 16. As plataformas serão utilizadas pelos ônibus, dentro do limite de tempo estabelecido pela Administração, para a operação de embarque, desembarque e trânsito, sendo que o embarque e desembarque de passageiros, dar-se-á obrigatoriamente, nas plataformas previamente indicadas, conforme plano de operação das plataformas do Terminal.

§1º. O plano de Operação das Plataformas designa as plataformas efetivas de cada empresa.

§2º. Os ônibus e demais veículos de transporte não poderão efetuar embarque ou desembarque de passageiros, em locais diversos dos estabelecidos no plano de operação das plataformas.

Art. 17. As plataformas de embarque, desembarque ou trânsito, bem como suas vias de acesso, entrada e saída, serão de uso exclusivo ônibus operadores no Terminal em suas operações.

Art. 18. Para as operações de trânsito, embarque ou desembarque de passageiros, o encostamento dos ônibus dar-se-á na plataforma previamente determinada para esse tipo de operação, de acordo com o plano de operação das plataformas do Terminal.

Art. 19. O plano das plataformas poderá ser alterado pela Administração, sempre que houver necessidade por motivo de alteração de horários de ônibus ou conveniências visando aprimorar o sistema operacional do Terminal, devendo tal modificação ser comunicada às empresas, com uma antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Art. 20. Para embarque de passageiros, o estacionamento do ônibus deverá ocorrer com uma antecipação máxima de 10 (dez) minutos sobre o horário de partida e a sua saída deverá ocorrer na hora exata estabelecida, admitida uma tolerância igual a prevista no regimento a que estiver sujeita a linha, por motivo de comprovada força maior.

GABINETE DO PREFEITO
Praça Honório Santos, s/n Centro - São João do Piauí-PI
CEP: 64.760-000 • CNPJ: 06.553.655/0001-73 • Tel: (89) 3483-2255



Art. 21. O tempo máximo de estacionamento do ônibus para a operação de desembarque será de 30 (trinta) minutos.

Art. 22. À Administração do terminal compete especialmente:

- Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Regimento Interno;
- Proceder levantamento, análise e propor soluções, objetivando o bom desempenho operacional do Terminal;
- Organizar e fazer cumprir o Plano de Operação e Utilização das Plataformas;
- Fazer cumprir os contratos das unidades comerciais, agências e bilheterias;
- Fazer cumprir os termos de contratos de prestação de serviços;
- Elaborar as contas e efetuar o controle da cobrança dos débitos das pessoas físicas e jurídicas, estabelecidas no Terminal;
- Exercer fiscalização sobre os serviços do terminal, especialmente os de limpeza, manutenção, conservação e reparos, estacionamento, informações e outros ligados à coordenação da Administração;
- Outras atribuições normais não especificadas e normais da Administração de um Terminal Rodoviário de Passageiros.

DAS OBRIGAÇÕES

SEÇÃO V DAS OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS QUE EXPLOREM ATIVIDADE COMERCIAL

Art. 27. Às pessoas físicas e jurídicas estabelecidas no Terminal e que explorem atividade comercial cumpre, entre outras obrigações:

- Obedecer integralmente as condições estipuladas no Termo de Permissão de Uso;
- Zelar pela conservação e limpeza das unidades que ocupam;
- Salda pontualmente seus compromissos para com a Administração;
- Manter sua atividade comercial estipulada em contrato durante o horário previsto.

EFEITO
Praça Honório Santos, s/n Centro - São João do Piauí-PI
CEP: 64.760-000 • CNPJ: 06.553.655/0001-73 • Tel: (89) 3483-2255

(Continua na próxima página)



SECÇÃO VI
DAS OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

Art. 28. Às empresas de ônibus e demais veículos de transporte de passageiros que operem no Terminal cumpre, entre outras obrigações:

- Saldar pontualmente seus compromissos para com a Administração;
- Manter o guichê de venda de passagens em funcionamento durante o horário previsto;
- Zelar pela conservação e limpeza dos guichês;

Art. 29. Simultaneamente com a venda do bilhete de passagem será cobrado do passageiro ou usuário, pela empresa, o valor correspondente à tarifa de utilização estabelecida para o Terminal Rodoviário, no valor fixado em R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos).

§1º. Os valores serão arrecadados pelas Empresas, no momento da venda da passagem de embarque será repassada ao Município, até o 5º dia útil do mês seguinte ao recebimento.

§2º. O valor será atualizado anualmente, a critério do Executivo.

Art. 30. Às empresas de ônibus e demais veículos de transporte de passageiro fornecerão à Administração relatórios estatísticos mensais referentes ao movimento de ônibus e passageiros na forma que for estabelecido.

§1º. A Prefeitura poderá dispor de outros meios próprios para apurar o movimento estatístico do Terminal.

CAPÍTULO II

SECÇÃO I
DOS SERVIÇOS DE TÁXIS E DE TRANSPORTE URBANO

Art. 31. O serviço de taxi e moto taxi no Terminal Rodoviário, deve ser estruturado de modo a facilitar ao público a sua plena utilização.

§1º. As atividades de taxi e moto taxi no Terminal deverão ser exercidas nos pontos de chegada, saída e áreas de espera estabelecidas, os quais deverão ser sinalizados adequadamente.

GABINETE DO PREFEITO

Praça Honório Santos, s/n Centro - São João do Piauí-PI
CEP: 64.760-000 • CNPJ: 06.553.655/0001-73 • Tel: (89) 3483-2255



§2º. A Administração do Terminal Rodoviário manterá contato com o órgão competente local, com vistas à solução das dificuldades surgidas nesse serviço e que prejudiquem a boa operação do Terminal.

§2º. As demais orientações acerca do serviço de TAXI junto ao Terminal Rodoviário e outros pontos será objeto de regulamentação por instrumento próprio.

SECÇÃO II

DOS SERVIÇOS DE SANITÁRIOS E DE HIGIENE PESSOAL

Art. 32. O serviço de sanitários do Terminal será operado e poderá ser explorado diretamente pela Administração.

§1º. Os funcionários da Administração, das concessionárias ou permissionárias e das unidades comerciais utilizarão os sanitários gratuitamente.

Art. 33. Os sanitários deverão oferecer um ótimo padrão de limpeza, higiene e conservação, devendo estar sempre bem limpos e desinfetados, não podendo, em caso algum, faltar o material de higiene necessário.

Art. 34. A administração manterá um serviço de higiene pessoal que obedecerá as mesmas normas de utilização, higiene e conservação estabelecidos para os sanitários.

CAPÍTULO III

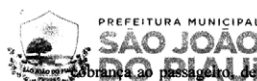
SECÇÃO I
DAS FONTES DE ARRECADAÇÃO E SISTEMA DE COBRANÇA

Art. 35. Constituem fontes de arrecadação da Administração na operação do Terminal:

- Valor da Permissão de Uso das empresas de ônibus e demais veículos de transporte de passageiros, como receita decorrentes de pagamentos pelas empresas que operam no Terminal, referentes as agências/guichês;
- Valor da Permissão de Uso das Unidades e áreas, pelo o exercício de atividades comerciais em áreas confinadas, reservadas para restaurantes e lanchonetes;
- Tarifa de Utilização, que se constitui em receita proveniente da tarifa cobrada ao passageiro, pela utilização do Terminal Rodoviário, eventualmente extensiva a acompanhantes e visitantes, pelo acesso às plataformas de embarque do terminal.

GABINETE DO PREFEITO

Praça Honório Santos, s/n Centro - São João do Piauí-PI
CEP: 64.760-000 • CNPJ: 06.553.655/0001-73 • Tel: (89) 3483-2255



Arrecadação ao passageiro, deverá ser efetivada simultaneamente com a venda do bilhete de passagem;

d) Água e Esgoto, que consiste na recuperação de tarifas de consumo de água e esgoto, pagas pela Administração e rateados entre esta e as locatárias do Terminal, proporcionalmente ao consumo indicado pelo medidor ou ao consumo estimado;

e) Energia, que se refere ao ressarcimento pelo consumo de energia elétrica atribuído a cada empresa ou pessoa física em operação no Terminal, de acordo com o medidor ou estimado no período;

f) Multa e juros, compreendendo as receitas derivadas de juros e cobrados pela Administração às empresas e pessoas físicas que operem no Terminal, por atraso nos pagamentos devidos;

g) Licença para fiscalização e funcionamento a ser cobrados pela administração às empresas e pessoas físicas, de acordo com o Código Tributário Municipal;

h) Outras, compreendendo quaisquer outras fontes de arrecadação não previstas nas alíneas anteriores.

§1º. Os pagamentos correspondentes às fontes de arrecadação constantes deste artigo serão feitos diretamente à Prefeitura Municipal, através de cadastro prévio junto ao Departamento Municipal de Tributação, devendo ser efetuado mensalmente em data definida pela Administração.

§2º. Acaso o permissionário atrase o pagamento do valor mensal da permissão por mais de 60 (sessenta) dias, o mesmo será notificado para quitar o débito no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de cobrança judicial e rescisão do Termo de Permissão com determinação para desocupação imediata do espaço público.

SECÇÃO II

DA NOTIFICAÇÃO DAS DECISÕES E DEMAIS ATOS

Art. 36. Todas as decisões emanadas da Administração, serão cientificados por escrito às concessionárias ou permissionárias e demais interessados, de forma que, em hipótese alguma, possam alegar desconhecimento.

Art. 37. Todas as concessionárias ou permissionárias, para seu funcionamento no Terminal, deverão atender às exigências da Vigilância Sanitária,

GABINETE DO PREFEITO
Praça Honório Santos, s/n Centro - São João do Piauí-PI
CEP: 64.760-000 • CNPJ: 06.553.655/0001-73 • Tel: (89) 3483-2255



autoridades federais, estaduais e municipais, bem como o Alvará de funcionamento para exercerem a atividade.

Art. 38. Não será permitida, em hipótese alguma, qualquer atividade de ambulantes dentro e no entorno do perímetro Terminal Rodoviário nas plataformas e suas imediações, com exceção daqueles casos em que a Administração autorizar e forma temporária e eventual.

Art. 39. As empresas de ônibus e demais veículos de transporte intermunicipal, interestadual ou internacional de passageiros terão o prazo de 30 (trinta) dias para se adequarem às normas aqui estabelecidas.
Parágrafo único. O Poder Público Municipal realizará campanhas educativas com vistas a dar amplo conhecimento ao disposto no presente Decreto, em especial para que os interessados não aleguem desconhecimento posterior.

Art. 40. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

16 de junho de 2023.

EDNEI MODESTO AMORIM
PREFEITO DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ

GABINETE DO PREFEITO
Praça Honório Santos, s/n Centro - São João do Piauí-PI
CEP: 64.760-000 • CNPJ: 06.553.655/0001-73 • Tel: (89) 3483-2255